

2. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2020:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis - 2010, que se anexa.

PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - 2020

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da assembleia Municipal, a seguinte proposta da Fixação da Taxa do imposto Municipal Sobre Imóveis, para o ano de 2020:

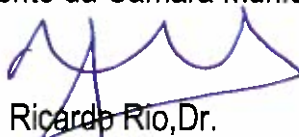
Tendo em consideração a carga fiscal que onera os munícipes e constrangimentos financeiros, mas também a importância deste imposto para o financiamento e estratégia de gestão do Município de Braga, ao abrigo do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), na sua redação atualizada, proponho submeter à Assembleia Municipal:

1. Fixar, para o ano de 2020, a taxa do imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes termos:
 - Prédios urbanos – 0,35%
2. Aplicar as seguintes majorações e minorações à taxa agora fixada, no seguimento da aplicação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana em vigor, elaborados pelo Município de Braga e aprovados pela Assembleia Municipal de Braga e tendo em conta as alterações produzidas ao respetivo regime jurídico e CIMI;
3. Minoração em 20% da taxa para edifícios reabilitados para habitação, nas respetivas áreas de reabilitação urbanas, de acordo com o disposto no nº 6, do artigo 112º do CIMI, incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e a atração de novos residentes para aquelas áreas;

4. Redução em 50%, a prédios urbanos arrendados, cujos contratos tenham sido celebrados ao abrigo do programa Encaixa-te ou semelhante, promovendo a clusterização de atividades culturais e criativas e reforçando a polarização comercial do Centro Histórico, (conforme regulamento anexo e nos termos previstos no nº 7 do artigo 112º, sendo que esta redução pode ser cumulativa com a prevista no nº anterior);
5. Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no nº 8 do artigo 112º do CIMI;
6. Redução da taxa do imposto a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela constante artigo 112º A do CIMI, que aqui se reproduz:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

O Presidente da Câmara Municipal


Ricardo Rio, Dr.